

14 DEZ 1995

# Crescimento anunciado ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou nos EUA que a economia brasileira crescerá entre 4% e 4,5% neste ano, taxa que se manterá em 1996, apesar de uma desaceleração prevista no primeiro trimestre. Trata-se, ao que entendemos, de estimativas demasiadamente otimistas. As referentes a este ano podem justificar-se, pois tudo indica que o PIB deverá acusar valor próximo de 4%, o que representaria desempenho satisfatório para um país que empreende ambicioso programa de reajuste. Já para o próximo exercício, as previsões mais confortáveis (3,5%) ficam abaixo das anunciadas pelo titular da Fazenda. Se o crescimento depende, em parte, da política ora em curso, existem fatores que escapam à sua influência. Um deles, a justificar uma redução do ritmo

de desenvolvimento, deverá envolver, em 1996, o desempenho da agricultura. Com toda a certeza, ainda que favoráveis as condições climáticas, o PIB agrícola será negativo em decorrência da queda do volume produzido. O que significa, por um lado, que haverá menos produtos para exportar e, por outro, que dependendo da queda da produção e malgrado os estoques reguladores, sentir-se-á uma pressão altista nos preços da alimentação. Tem-se, assim, a certeza de que o setor primário deixará de dar sua contribuição para a redução da inflação.

A conjuntura internacional constituirá outro fator negativo para o crescimento: tudo leva a crer que os países industrializados apresentarão desempenho inferior ao atual, que não foi, aliás, dos mais brilhantes. Quando se sabe

que o governo brasileiro pretende ampliar as exportações, há que ter em mente que tal objetivo só será alcançado com um maior sacrifício das margens de lucros, partindo-se do princípio de que num só ano não se conseguirá atenuar o "custo Brasil".

O crescimento econômico, em 1996, vai depender, portanto, do comportamento da demanda interna. Nada permite pensar que ela crescerá em razão de um aumento dos salários reais: o resultado dos últimos meses mostra que as empresas vêm adotando, nesse particular, uma política de austeridade. Ademais, a escalada do desemprego não permite crer que os sindicatos

possam fortalecer a sua capacidade de barganha. A conjuntura econômica dependerá, no próximo ano, da taxa de juros, que apenas na ocorrência de uma queda sensível permitiria uma ampliação do crediário e dos investimentos criadores de renda. Nada autoriza a pensar que a redução dessa taxa venha a ser suficiente para que se chegue a esses efeitos positivos. Ao que se prevê, ela permanecerá adequadamente elevada para que

se mantenham os fluxos de capitais externos (dificultando uma desvalorização do real), e se reduza o impacto sobre o déficit público. Assim, parecem-nos muito otimistas as declarações de Malan.

**Ao prever um crescimento do PIB em 1996, igual ao deste ano, Pedro Malan é muito otimista**